

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E RESISTÊNCIA: o cabelo como posicionamento político

EDUCACIÓN Y RESISTENCIA ANTIRRACISTA: el cabello como posición política

ANTI-RACIST EDUCATION AND RESISTANCE: hair as a political position

Amanda Motta Castro¹
0000-0003-0471-1240

Elina Oliveira²
0000-0001-5281-6712

Gabriele Pereira³
0000-0002-8481-353X

Resumo:

Esse artigo tem como objetivo principal refletir sobre o processo de transição capilar, que tem sido um fenômeno nos últimos tempos, sobretudo entre as mulheres. Sendo uma busca pela autoafirmação da identidade negra e a valorização das raízes afrodescendentes, o cabelo afro para além da questão estética, também é a expressão de um ato político contra o racismo. Tendo como base a mudança do cabelo, buscamos estabelecer relações entre esse fenômeno e a luta por uma educação de resistência antirracista, tendo em vista que um dos principais alvos das práticas racistas é o cabelo crespo. Reconhecendo o papel dos movimentos antirracistas da atualidade, o texto tem como base teórica intelectuais, principalmente mulheres brasileiras que têm feito a discussão sobre cabelo afro e a luta antirracista nos mais diversos espaços. A partir desta escrita é possível perceber uma discussão sobre a questão estética negra e a educação.

¹ Doutora em Educação pelo programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS - Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande /FURG e docente do Departamento de Educação da mesma instituição. Grupo de estudos e pesquisa interdisciplinar Lélia Gonzalez. E-mail: motta.amanda@terra.com.br

² Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande/ FURG. Grupo de estudos e pesquisa interdisciplinar Lélia Gonzalez. E-mail: elinarodriguesdeoliveira@hotmail.com

³ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande/ FURG. Grupo de estudos e pesquisa interdisciplinar Lélia Gonzalez. E-mail: gabrielecp86@gmail.com

Como referenciar este artigo:

CASTRO, Amanda Motta; OLIVEIRA, Elina; PEREIRA, Gabriele. Educação antirracista e resistência: o cabelo como posicionamento político. **Revista Pedagógica**, v. 23, p. 1-18, 2021.

Palavras-chave: Racismo. Educação antirracista. Política. Mulheres,

Resumen:

Este artículo tiene como principal objetivo reflexionar sobre el proceso de transición capilar, que ha sido un fenómeno en los últimos tiempos, especialmente entre las mujeres. Al ser una búsqueda de la autoafirmación de la identidad negra y la valorización de las raíces afrodescendientes, el cabello afro, además de la cuestión estética, es también la expresión de un acto político contra el racismo. Con base en el cambio de cabello, buscamos establecer relaciones entre este fenómeno y la lucha por la educación de resistencia antirracista, considerando que uno de los principales objetivos de las prácticas racistas es el cabello rizado. El texto se basa teóricamente en intelectuales, principalmente mujeres brasileñas que han discutido el cabello afro y la lucha antirracista en los más diversos espacios. A partir de este escrito es posible percibir una discusión sobre el tema estético y educativo negro.

Palabras clave: Racismo. Educación antirracista. Política. Mujeres

Abstract:

This article objective to reflect on the process of capillary transition, which has been a phenomenon in recent times, especially among women. Being a search for the self-affirmation of black identity and the valorization of Afro-descendant roots, afro hair, in addition to the aesthetic issue, is also the expression of a political act against racism. Based on changing hair, we seek to establish relationships between this phenomenon and the struggle for anti-racist resistance education, considering that one of the main targets of racist practices is curly hair. The text is theoretically based on intellectuals, mainly Brazilian women who have discussed afro hair and the anti-racist struggle in the most diverse spaces. From this writing it is possible to perceive a discussion on the black aesthetic issue and education.

Keywords: Racism. Anti-racist education. Politics. Women

INTRODUÇÃO

[...] eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais educado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. (Carolina Maria de Jesus)

A transição capilar é, hoje, uma mudança feita por muitas pessoas, principalmente mulheres. Esse movimento tornou-se um fenômeno nas redes sociais, inúmeros são os relatos que falam sobre esse período em que se deixa de fazer alisamentos químicos ou físicos nos cabelos e iniciam-se cuidados capilares para o uso do cabelo de forma natural.

Para nós, é importante pontuar que, de forma nenhuma, é nosso objetivo fazer um juízo de valor sobre as mulheres que fazem a opção por alisar os cabelos, vez que entendemos, de acordo com o feminismo, que o corpo das mulheres pertence a elas mesmas, incluindo nosso cabelo! Contudo, nossa reflexão é sobre o fenômeno de assumir o cabelo natural e passar pelo processo de transição capilar pelo qual duas, das três autoras, passaram.

Isso posto, o movimento de transição capilar pode ser entendido como a construção de uma identidade negra que foi apagada pelo racismo, no que vai de encontro ao cabelo afro, como um ato político ou como um empoderamento de quem sofreu, durante algum tempo da vida, com a busca de uma estética imposta, sobretudo pela mídia, e que hoje, através da força dos movimentos negros, compreende a possibilidade de se autoafirmar através da sua naturalidade.

Tal processo não é nada fácil, pois resulta em ser olhado com desaprovação pela família e por aquelas pessoas que não entendem as motivações que fazem com que se queira assumir um cabelo que é visto, muitas vezes, como feio ou desleixado. Vale ressaltar que muitos familiares simplesmente desaprovam essa busca pela naturalidade, pois têm medo do racismo e das suas consequências para com os seus.

Como reflexo da luta do Movimento Negro Estadunidense, o Movimento Negro Brasileiro também teve, entre suas pautas, a valorização da cultura e beleza afro-americana, o que, em conjunto com a expansão da tecnologia, no momento histórico em que vivemos, acabou por tornar mais fácil o encontro de informações sobre cuidados de beleza e o empoderamento do sujeito negro. Esse histórico de engajamento e lutas que remontam às décadas de 1960 e 1970 possibilitam que, na atualidade, haja uma maior representatividade, tornando mais fácil a afirmação do negro como sujeito. A busca por informações sobre o trato e o manejo do cabelo afro mostra o quanto os próprios sujeitos negros se desconhecem. Muitos não sabem como é o seu próprio cabelo natural e, ao aderirem ao processo de transição capilar, percebem-se sendo desafiados e desafiando ao sistema e a sociedade. Por não ser um processo fácil, são comuns os casos de pessoas que, mesmo passando pela transição capilar, retornam à utilização dos produtos químicos a fim de alterar a forma natural de seus cabelos.

Nilma Gomes (2017) alerta que, junto a esse movimento de construção de uma identidade, surge o mercado de cosméticos, que, ao oferecer produtos às pessoas em transição ou que já passaram por ela, pode acabar causando um esvaziamento do sentido original e político desse movimento pela valorização da beleza negra e, concomitantemente, contra o racismo.

A transição capilar amplia o campo de possibilidades da estética negra. Traz e recoloca uma beleza antes posta à margem e com isso aciona uma série de mudanças como: a do mercado de cosméticos - que passou a oferecer e desenvolver mais produtos focados e específicos para a nossa necessidade - que também transmuta pautas políticas em produto, o que pode esvaziar o sentido político do movimento; recupera uma autoestima, muitas vezes perdida na infância; empodera; tensiona um ativismo de cabelo, mas que se expande para todo o corpo como forma de combate ao racismo; ajuda a desenvolver uma consciência de grupo e política. (GOMES, 2017, p. 64)

Esse mercado, antes nem um pouco preocupado em suprir a demanda da população negra, se atentou de que esses indivíduos possuem poder aquisitivo e representam uma grande parcela da população. Gomes (2017) afirma essa teoria ao falar que

[...] há pouco tempo eles foram considerados consumidores e porque têm que lutar tanto para ser cidadãos e cidadãs, inclusive no mercado da estética. E, numa sociedade capitalista, o mercado acaba tirando proveito dessa situação (GOMES, 2017, p. 97).

É importante ressaltar que muitos produtos químicos e procedimentos, como o uso do ferro quente e da chapinha, foram criados pelos próprios sujeitos negros a fim de se embelezarem, como, por exemplo, podemos citar a história da estadunidense Madam C. J. Walker⁴, que foi a primeira mulher negra a se tornar milionária produzindo uma fórmula para tratar os cabelos das mulheres negras de sua época. No Brasil, Lélia Gonzalez (2020) relata o trabalho árduo de algumas de suas companheiras de militância que, na década de 1970, iam de casa em casa fazendo os cabelos de muitas mulheres negras e também suas cabeças. Há também o resgate feito por Gomes (2019) sobre as mulheres negras que,

⁴ Sarah Breedlove, fundadora da Madam C. J. Walker Manufacturing Company, ficou popularmente conhecida como Madam C. J. Nasceu no Sul escravocrata dos Estados Unidos, em Luisiana, em 23 de dezembro de 1867 e morreu em Nova Iorque no dia 23 de maio de 1919. Quando morreu, aos 51 anos, era considerada a mulher negra mais rica dos Estados Unidos. Fontes: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51980280> Página oficial de Madam C. J. <https://madamcjwalker.com/> Acesso em: 5 mar. 2021.

desde cedo, aprenderam a misturar e a criar seus próprios produtos capilares, devido à total ausência de produtos feitos para o seu tipo específico de cabelo.

A busca pelo embelezamento através de produtos químicos e, atualmente, por produtos para o processo de transição capilar e os tratamentos que a seguem, acabou se tornando um atrativo para o mercado, gerando um consumismo exacerbado em cima da estética negra. Assim, sendo manipuladas, as pessoas são levadas ao consumo excessivo desses produtos em busca de um padrão de formato capilar que, por muitas vezes, não é possível de ser alcançado. Nesse sentido, o capitalismo estabelece essa relação de consumo até mesmo entre as classes sociais mais baixas. Não raro, não existindo um senso crítico suficiente para se desvincular das imposições midiáticas (que exigem e preestabelecem padrões de beleza e de consumo para que se enxerguem enquanto indivíduos menos excluídos do meio social), a pessoa negra adere a essa cultura consumista. É importante salientar que o sistema capitalista em nossa sociedade pressupõe que, para as pessoas estarem inseridas, elas devem consumir, mesmo quando não há a menor necessidade.

O CABELO CRESPO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

A construção da identidade negra no Brasil parte de uma recusa ao padrão eurocêntrico ao qual a população negra foi sujeitada em busca de aceitação ou de um convívio mais pacífico com o racismo do qual é vítima. O cabelo afro, também conhecido como cabelo crespo, é um dos principais alvos das críticas racistas. Visto como feio, duro, pixaim ou simplesmente o “cabelo ruim”, acaba gerando uma tensão para que seja adequado a algo visto como bonito, arrumado e, assim, aceitável em nossa sociedade, o padrão determinado pelo branco.

O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo (GOMES, 2017, p. 42).

O cabelo crespo é um marcador identitário e houve, por parte da sociedade brasileira, um esforço em busca de apagá-lo, de torná-lo próximo ao padrão eurocêntrico do cabelo liso, que é o padrão aceito em nossa sociedade. Tudo que remete à negritude é mal visto, é menosprezado e empobrecido devido aos reflexos de mais de 350 anos de escravização que ocorreu em nosso país, reflexos esses que ainda vivenciamos através do racismo que estrutura nossa sociedade:

Em épocas diferentes, a presença do corpo negro causou desconforto, insegurança e medo para aqueles que se identificam como não-negros. Ainda hoje, resquícios desse imaginário social do século XIX vigora de forma dissimulada, operando por vincular, ainda que de maneira oculta, a ideia de marginal à aparência da população negra. A imagem do negro continua sendo relegada ao estereótipo de ser físico e moralmente inferior. Sendo assim, se apresentar esteticamente belo é assumir os riscos de tratamento diferenciado (GOMES, 2017, p. 34).

A aceitação do seu cabelo natural em todo o seu potencial remete ao empoderamento das pessoas negras que, buscando resgatar a sua identidade, não mais aceitam como dado o padrão de beleza que a sociedade brasileira racista tanto prega. Quanto mais crespo for o cabelo e a pele escura, maior será o efeito depreciativo do racismo exercido sobre essa pessoa.

O PAPEL DO MOVIMENTO NEGRO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

A construção da identidade e a busca pela valorização da cultura afro-americana surgiu no Brasil na década de 1970, quando, influenciados pelo Movimento Negro estadunidense *Black is Beautiful* e *slogan Black Power*, os sujeitos negros lutavam pelo empoderamento da população negra nos Estados Unidos da América. Assim, também no Brasil se adere ao movimento pelo resgate e pela valorização da cultura negra no país.

Munanga (2019) fala sobre a reconquista da dignidade do negro que, ao se aceitar, afirma a sua cultura e a sua moral física e psíquica, enxergando os seus próprios traços de beleza:

Assiste-se agora a uma mudança de termos. Abandonada a assimilação, a liberação do negro deve efetuar-se pela reconquista de si e de uma dignidade

autônoma. O esforço para alcançar o branco exigia total auto rejeição; negar o europeu será o prelúdio indispensável à retomada. É preciso desembaraçar-se dessa imagem acusatória e destruidora, atacar de frente a opressão, já que é impossível contorná-la. Aceitando-se, o negro afirma-se cultural, moral, física e psiquicamente. Ele se reivindica com paixão, a mesma que o fazia admirar e assimilar o branco. Ele assumirá a cor negada e verá nela traços de beleza e de feiura como qualquer ser humano “normal” (MUNANGA, 2019, p. 39).

Na atualidade, pode-se pensar que, ao sair da tentativa de encaixe em um padrão branco e eurocêntrico do cabelo liso, cai-se em outro padrão, o padrão cacheado, que difere do cabelo crespo, porque possui uma curvatura mais aberta, com mais definição, sendo fruto da miscigenação racial que tanto foi buscada no período pós-abolição na tentativa de apagar o negro da sociedade brasileira.

Abdias Nascimento (2016) aborda a questão da miscigenação racial imposta na sociedade brasileira como uma tentativa de genocídio do negro, em que, através da exploração sexual da mulher negra, seria resolvido o problema que representava a presença negra em nossa sociedade. Em suas palavras:

O processo de miscigenação, fundamentado na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O “problema” seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país (NASCIMENTO, 2016, p. 84).

A figura do negro vista em nossa sociedade como feio, vagabundo ou até mesmo desleixado ainda persiste aos termos da “ditadura” do cabelo crespo como algo que precisa se adequar a uma forma mais definida, vista como harmônica e bem cuidada, ou seja, próxima ao formato cacheado.

Cabelos com *frizz* (ressecamento típico do cabelo crespo) ou sem definição dos cachos, cabelos que demoram para mostrar seu comprimento, devido ao dito “fator encolhimento”, que nada mais é do que a perda de comprimento devido ao encolhimento próprio à curvatura dos cachos crespos, são vistos como problemas, devendo-se, então, buscar uma solução. O negro “portador” de um cabelo crespo em sua forma natural, ao ser percebido por uma ótica colonizante, é visto como estranho, sendo, portanto, rejeitado em nossa sociedade: “O cabelo crespo também se encontra nessa mira de um olhar colonizante, que estranha, exotiza e rejeita a diferença. É posto, muitas vezes, em oposição

ao que é considerado belo de um ponto de vista hegemônico ao longo da história” (GOMES, 2017, p. 40).

A utilização do cabelo crespo é, para além de um reflexo da aceitação da sua própria natureza, um ato político, pois mostra que o negro existe, que ele deve ser visto, reconhecido e valorizado em suas diferenças, cultura e beleza tão singulares conforme era apregoado pelo Movimento Negro estadunidense (*Black Power*) desde a década de 1960. O movimento Black Power pode ser entendido como uma continuidade ao Movimento pelos Direitos Civis norte-americano. Sua principal marca foi o renascimento e valorização artístico e cultural afro-americano e a luta radical pelo fim da segregação racial que ainda persistia no sul do país.

Conforme apontamentos de Gomes (2017), o corpo negro, desde o período escravocrata, remetia a uma ausência de beleza, era apenas um instrumento de trabalho “[...] o olhar do outro está pautado pela funcionalidade do corpo negro em uma estrutura social escravocrata. O corpo negro é antes de tudo um instrumento, objeto de trabalho e nisso não há beleza a ser posta nem admirada” (GOMES, 2017, p. 32).

Ao contrariar a imposição social da adequação, o cabelo crespo passa a ser visto como um instrumento de consciência política, tornando-se um símbolo contra a opressão racial. Para a escritora e ativista Grada Kilomba (2019, p. 125),

[...] mais do que cor de pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização. Uma vez escravizadas/os, a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores brancos, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de “primitividade”, desordem, inferioridade e não-civilização. O cabelo africano foi então classificado como “cabelo ruim”. Ao mesmo tempo, *negras* e *negros* foram pressionadas/os a alisar o “cabelo ruim” com produtos químicos apropriados, desenvolvidos por indústrias europeias. Essas eram formas de controle e apagamento dos chamados “sinais repulsivos” da *negritude*. Nesse contexto, o cabelo tornou-se o instrumento mais importante da consciência política entre africanas/os e africanas/os da diáspora. Dreadlocks, rasta, cabelos crespos ou “black” e penteados africanos transmitem uma mensagem política de fortalecimento racial e um protesto contra a opressão racial. Eles são políticos e moldam as posições de mulheres negras em relação à “raça”, gênero e beleza. Em outras palavras, eles revelam como negociamos políticas de identidade e racismo- pergunte a Angela Davis.

O ESPAÇO ESCOLAR E UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

O ambiente escolar, como espaço educacional onde as crianças e adolescentes passam grande parte do seu dia, deve ser espaço também de reconhecimento e de valorização das diferenças étnicas existentes no nosso país. Os profissionais que atuam na educação desses sujeitos devem ter olhos voltados a combater o racismo que silenciosamente se perpetua nos espaços, exclui e oprime as pessoas negras, deixando-as um papel de subalternidade. A escola que, muitas vezes, não é atenta a essa situação é conivente com o racismo. Almeida apud Ribeiro (2019) reafirma essa responsabilidade da prática de ações antirracistas para que ocorra uma mudança em nossa sociedade:

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas (RIBEIRO, 2019, p. 13).

Nascimento (2016) denuncia que, em todos os níveis da educação brasileira, há uma reprodução dos sistemas educacionais europeus e estadunidenses e não há a preocupação em citar a história e cultura africana, suas civilizações, bem como suas culturas e características, mas, pelo contrário, quando se fala dos sujeitos africanos e dos negros é afastando-os de sua identidade.

Mesmo com a implementação da Lei Nº 10.639/03, são poucos docentes que efetivamente cumprem o texto legal. Sabe-se que o currículo é um espaço de disputas, porém, cabe a luta pelo cumprimento da lei que, por existir, assegura um direito e se torna um dispositivo de reivindicação. Miranda (2019), ao pesquisar sobre a aplicação da Lei n.º 10.639 em Centros Integrados de Escolas Públicas (CIEP's) no Rio de Janeiro, concluiu de que apenas alguns profissionais nas escolas se comprometem com a aplicação da lei. Ela ainda cita a dificuldade no cumprimento dos planos políticos e pedagógicos e a falta de sensibilidade dos demais docentes como obstáculos à efetivação da lei.

A lei fica dependência com muita frequência de iniciativas de ações isoladas de alguns profissionais, não que seja bom, mas não é o ideal, a inviabilidade dos planos políticos e pedagógicos faz a lei atravancar, a falta de sensibilidade, empatia e o comprometimento por parte do professor com ensino da história da África e cultura afro brasileira, é o outro entrave. (p. 15)

Em estudo realizado com militantes/docentes negros baianos, Araújo (2015) identificou que, mesmo após mais de uma década de sua criação, a Lei n.º 10.639 ainda encontra inúmeras barreiras para a sua aplicabilidade. Dentre elas o autor cita o racismo, a precariedade do ensino público e a deficiência de formação continuada de docentes para cumprirem com o que a lei determina.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que, passada mais de uma década de criação da Lei 10.639, ela ainda não se efetivou de fato na maioria das escolas brasileiras, devido a uma série de obstáculos, tais como o racismo, as práticas racistas, a situação precária em que se encontra o sistema público de ensino no país e a deficiência na formação inicial e continuada dos professores para trabalhar com a temática da diversidade étnico-racial e cultural do povo brasileiro e da humanidade. (p. 221)

Segundo Gomes (2019), os conhecimentos emergentes da experiência e da ação do Movimento Negro Brasileiro devem se fazer presentes nas escolas e nas universidades. O grande desafio é pensar como se dará esse diálogo. A autora divide esses saberes em três categorias como recurso analítico e didático: saberes identitários, saberes políticos e saberes estético-corpóreos. Saberes identitários remetem aos saberes sobre a raça como categoria de análise, a violência contra as mulheres negras e as desigualdades raciais; saberes políticos remetem às reivindicações para a superação das desigualdades a que estão expostos os sujeitos negros e que se desdobram em algumas conquistas como a Lei nº 12.880/10 (Estatuto da Igualdade Racial), a Lei nº 12.711/12 (Lei de Cotas Sociorraciais) e a Lei nº 12.990/14 (Cotas nos Concursos Públicos Federais). Já os saberes estético-corpóreos se referem às questões da corporeidade e da estética negras que se relacionam profundamente com as questões de empoderamento e aceitação do fenótipo negro⁵.

Gomes (2003) fala sobre a construção da identidade negra que se dá ao longo da existência do sujeito, sendo uma construção social, histórica, cultural e plural. Essa identidade é construída com base nos olhares do outro e de si mesmo. A escola, como espaço de construção de saberes e identidades, está atenta a essa questão? Há formação docente que incorpora essa realidade? A autora levanta alguns questionamentos:

⁵ Entende-se por fenótipo negro os traços físicos como textura do cabelo, formato do nariz e cor da pele.

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável quando discutimos, nos processos de formação de professores, sobre a importância da diversidade cultural? (GOMES, 2003, p. 171).

Os saberes estético-corpóreos construídos pelo Movimento Negro devem estar presentes na educação escolar a fim de que ocorra uma educação antirracista, que reconheça e ensine sobre as diferenças étnico-raciais existentes em nosso país.

A construção da identidade negra está presente na infância, na escola, sendo feita através dos diferentes olhares aos quais a pessoa negra está sujeita. Assim, é necessário que haja o entendimento de que há diferenças que devem ser aceitas, entendidas e respeitadas. É preciso que se abram os olhos para enxergar a beleza negra em toda a sua potencialidade, sem que haja a necessidade de embranquecimento do negro para que ele seja visto como bonito.

Desde os primeiros contatos com a escola, a criança negra percebe que é diferente. Estar em meio a pessoas estranhas e brancas, ou que se consideram brancas, por não se conhecerem e não autodeclararem uma herança identitária africana, faz com que essa criança comece a perceber o efeito da hierarquia racial que existe no Brasil. Sentem a rejeição, os gestos, o olhar, sofrem com o preterimento em favor de crianças brancas e de cabelo liso, fora as ofensas com insultos racistas que se fazem presentes na maioria das escolas, mesmo entre crianças pequenas.

A escola tem um papel muito importante na vida das crianças, que é o de inseri-las em um convívio social fora do ambiente familiar e prepará-la para serem sujeitos de direitos e deveres. Todavia, para a população negra no Brasil, essa instituição pode causar sérios transtornos e se tornar um lugar de sofrimento psíquico, gerando cicatrizes com as quais esses indivíduos terão de conviver para uma vida inteira. Gomes (2003) se refere ao dano causado pelo racismo como algo que continua se fazendo presente mesmo com o passar do tempo:

As experiências de preconceito racial vividas na escola, que envolvem o corpo, o cabelo e a estética, ficam guardadas na memória do sujeito. Mesmo depois de adultos, quando adquirem maturidade e consciência racial que lhes permitem superar a introjeção do preconceito, as marcas do racismo continuam povoando a sua memória. (p. 176)

A escritora Grada Kilomba (2019) retrata a temática do cabelo como uma política, em que revela que as pessoas brancas sentem o direito de nos violar tocando em nossas madeixas por sermos considerados diferentes. Contudo, segundo ela, “uma pessoa apenas se torna diferente no momento em que dizem para ela que ela difere daquelas/es que têm o poder de se definir como “normal.” (p. 125). Dessa maneira, as diferenças são sempre pontuadas para a população negra e a sua estética capilar. Na escola, se a criança negra tem cabelo crespo alto, é mandada a prendê-lo porque está atrapalhando a visão do colega de classe, ou que deve vir trançada para não pegar piolhos. O menino deve raspar o cabelo na máquina zero para facilitar a sua higiene, entre tantos outros absurdos que ouvimos nos espaços de ensino em todos os níveis, só mudando os verbetes.

Do mesmo modo, o cabelo afro está sempre sendo perseguido diante da higiene, em que a sujeira e a selvageria são pautas. A sujeira, porque sempre perguntam como se lava esse tipo de cabelo, o que, sem dúvida, trata-se de um fato bizarro, mas que ainda ocorre. Já a selvageria manifesta-se diante do fato de perguntarem se a pessoa negra se penteia e como ela faz isso, como se o pentear fosse algo impossível ao cabelo afro.

Nessa perspectiva, percebemos que o racismo está na ação contra esse corpo não branco, sendo, muitas vezes, expressado através das críticas ao cabelo. Conforme destaca Kilomba (2019), “a preocupação das pessoas brancas com a higiene da mulher negra revela, por um lado, o desejo branco de controlar o corpo negro; e por outro lado, o medo branco de ser sujado por aquele corpo” (p. 125).

Todavia, devemos perceber que esse medo de se sujar ao nos tocar, remete ao contágio, como a negritude era vista na antiguidade, como uma doença, uma “maldição corporal” (FANON, 2008, p. 105).

Na tentativa de proteção, muitas mães e pais de crianças negras lançam mão de uma série de ferramentas para que suas crianças e adolescentes sejam mais bem aceitos, acreditando que, dessa forma, auxiliarão essas crianças a sofrerem menos com o racismo. Desde alisamentos, chapinhas e raspagem da cabeça dos meninos, inúmeros são os relatos

de sofrimento e danos capilares sofridos por crianças na tentativa de se encaixarem em um padrão social visto como aceitável.

A reeducação que ocorre junto à transição capilar também é uma forma de educação antirracista, em que ocorre um processo de conhecimento, de descoberta de novos saberes, saberes estes que nos foram negados, e onde, ao mesmo tempo, ocorre um empoderamento desse sujeito.

Assim, é mister ter conhecimento sobre as nossas origens africanas, sobre as histórias não contadas. Esse conhecimento histórico precisa ser resgatado e compartilhado a fim de quebrar estereótipos e mentiras, com os quais convivemos até os dias atuais, vide o exemplo do mito de democracia racial⁶, em detrimento dos fatos bons e importantes; como diria Chimamanda Ngozi Adichie (2019), no livro “O perigo de uma história única”:

A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história. É claro que a África é um continente repleto de catástrofes. Existem algumas enormes como os estupros atarradores no Congo, e outras deprimentes, como o fato de 5 mil pessoas se candidatar a uma vaga de emprego na Nigéria. Mas existem outras histórias que não são sobre catástrofes, e é muito importante, igualmente importante, falar sobre elas. (p. 26)

Quando paramos para pensar junto a Chimamanda Ngozi Adiche, percebemos o quanto nós não sabemos das nossas origens, de nossa ancestralidade, que retoma a busca de onde devemos pensar sobre a estética negra. Como exemplo, podemos citar o fato de que o cabelo afro, no período da escravidão, foi utilizado para trazerem sementes do continente africano entre as tranças, sementes que, ainda hoje, podem ser encontradas nos quilombos. Se um fato histórico como este fosse compartilhado nas escolas, seria de extrema valia, mostrando a importância e o significado dos penteados afro.

Como os intelectuais que trabalham com a temática da educação antirracista ainda são poucos e os demais professores ainda resistem por dizerem que não sabem trabalhar com “isso”, revela-se, assim, a importância de uma discussão mais assídua em todos os espaços de ensino. Cabe salientar a luta do movimento negro que, desde meados da década de 1930, busca uma educação de qualidade e direitos iguais entre as raças. Segundo

Cardoso (2017) não é possível que ainda se use do argumento do desconhecimento pedagógico sobre a questão racial para deixar de abordar essa temática nas escolas, tal argumento favorece e disfarça o racismo institucional nos sistemas de ensino:

Em nosso entendimento, esses desencontros não podem ser interpretados apenas como desconhecimento de materiais pedagógicos ou experiências exitosas, mas como representação de um racismo institucional presente em todos os sistemas de ensino que tornam as escolas instrumentos de colonização mental e de reprodução de hierarquias sociais, os quais mantêm a população não branca brasileira na condição de trabalhadores dependentes desde o século XVI (CARDOSO, 2017, p. 40).

Através da criação de associações também conhecidas como entidades, que hoje podem ser consideradas espaços de ensino, por serem locais onde negros e negras repartiam conhecimentos, muitos se reuniam na luta em busca de melhores condições de vida. No entanto, até a atualidade, esses espaços de tão grande importância ainda não são mencionados nas escolas, tampouco na academia. Sobre tais associações, assim se manifesta Cardoso apud Gonzalez (2018, p. 148):

Elas são conseqüências diretas de uma confluência entre movimento abolicionista, as sociedades de ajuda e da alforria e dos agrupamentos culturais negros. Seu papel é o de legitimar a existência do negro dentro da sociedade, diante da legislação. Elas reúnem os negros oficialmente, de forma independente, para praticar o lazer e suas culturas específicas. Escondem no seu interior pequenas organizações familiares de ajuda e solidariedade, para o desenvolvimento social. Reproduzem, em muitas de suas atividades sociais, sistemas dominantes de organização social. [...] Um dos exemplos é o Clube Floresta Aurora, do Rio Grande do Sul, estado de baixo índice de negros, mas de tradição militante do movimento negro.

Podemos citar também a importância da Frente Negra Brasileira (1931-1938), do Teatro Experimental do Negro (1970), da criação dos Cadernos Negros (1978), do Centro de Cultura da Arte Negra (1971), do Grupo Palmares (1971), do Curso de Cultura Negra no Brasil (1976), do Movimento Negro Unificado (1978), entre outros. Não é nosso objetivo nos debruçar sobre a história de cada um, mas não podemos deixar de creditar a eles o reconhecimento da pauta de uma educação antirracista (ainda não efetivada nas escolas), e as políticas afirmativas que já foram conquistadas, ambos frutos de suas lutas.

Como ferramentas conquistadas pela luta do movimento negro, podemos nos utilizar, por exemplo, da Lei nº 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito

de raça ou de cor. A partir dela, devemos ensinar desde sempre, da Educação Infantil ao doutorado, que racismo é crime em qualquer espaço brasileiro, buscando, assim, garantir o respeito pelo outro.

A Lei nº 10.639/03 garante a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Dessa forma, trata-se de componente curricular obrigatório e não apenas algo que deva ser pontualmente abordado em duas datas no currículo escolar, isto é, no 13 de maio e no 20 de novembro, mas durante o ano todo. É importante salientar que essas datas, para serem abordadas, exigem cuidados, pois não é incomum a ocorrência de atividades racistas nos eventos realizados nessas ocasiões.

Como resultado dessas leis, podemos vislumbrar alguns avanços. Nos espaços acadêmicos, por exemplo, atualmente existem disciplinas, pós-graduações, pesquisas, cursos de formações, núcleos de estudos (NEABI). Por outro lado, nas escolas públicas e privadas, ainda existe muita procura para o desenvolvimento de trabalhos em datas específicas, principalmente no período de novembro. As formações que são fornecidas aos educadores, muitas vezes, possuem pouca demanda devido aos receios dos próprios professores.

Para Munanga (2005), alguns docentes não possuem o preparo inicial para lidar com o desafio da problemática da convivência perante a diversidade e as manifestações de discriminação, que estão no cotidiano dos espaços educacionais.

Essa ausência de capacitação e acolhimento sobre a temática sucede do reflexo do mito de democracia racial, que ainda existe e está enraizado na nossa sociedade, comprometendo, sobretudo, a missão principal dos professores na formação do sujeito responsável e consciente do amanhã. Para exemplificar sobre essa chamada democracia racial, podemos citar Gonzalez (1981, p. 110):

É por aí que a gente deveria entender que esse papo de que a miscigenação é prova da “democracia racial” brasileira não está com nada. Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é “mulher fácil”, de que é “boa de cama” (mito da mulata), etc. e tal.

Também falta despertar, na sociedade brasileira, a ideia de que esse mito deve ser discutido nos espaços de ensino a partir do ensino médio, por exemplo. Devemos sempre

nos lembrar de que vivemos em um sistema de ensino racista, homofóbico, elitista, machista/patriarcal e eurocêntrico, logo, somos fruto desse sistema. Desse modo, devemos ter cuidado para não reproduzir, de forma consciente ou inconsistente, discriminações e preconceitos que estão em nosso meio.

Ainda existe muita resistência dos docentes em aprender e ensinar sobre questões étnico-raciais. Quando a temática é sobre o cabelo afro, mesmo que seja num livro infantil como “O Cabelo de Lelê” (2007), de Valeria Belém, se o professor não souber como abordá-lo, poderá ocorrer o efeito inverso ao pretendido. Já para adolescentes, temos os contos de Cristiane Sobral “Pixaim” e “Cauterização”, presentes em seu livro “Espelhos, miradouros, dialéticas da percepção” (2012) que se encaixariam perfeitamente em uma aula de literatura ou de língua portuguesa, porém, são textos que precisam de um cuidado ao serem abordados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na epígrafe deste texto, a escritora Carolina Maria de Jesus traz seu relato revolucionário para a década de 1960 no seu livro “Quarto de despejo: Diário de uma favelada” (1960). Em uma narrativa muito bem construída, ela diz que gosta do seu cabelo, que não queria ter outro cabelo e mais: escreve que, se voltasse depois de morta (pela reencarnação), queria ter o mesmo cabelo.

Na atualidade, os estudos sobre a temática do cabelo afro, racismo e antirracismo estão mais presentes nas pesquisas acadêmicas, em que pesquisadores/as negros/as trazem essa discussão como forma de reeducar e educar a todas e todos e de combater o racismo que há séculos estrutura a sociedade brasileira.

É necessário o estudo da temática racial, a busca por fontes confiáveis e a releitura da história do negro brasileiro para que não se deixe de lado assunto tão importante, com o argumento de que não é do seu domínio profissional, e para que não sejam cometidos equívocos por parte dos educadores ao abordarem tal assunto. Propiciar discussões sobre os padrões estéticos, questões ligadas à beleza negra, diferenças étnicas, bem como educar sujeitos para se reconhecerem como portadores de beleza, principalmente os sujeitos negros que são mais afetados pelos padrões impostos, faz parte do papel da

escola. Sabemos que existe uma lei que obriga o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e cabe a nós, sujeitos negros e educadores, colocarmos essa legislação em prática, bem como exigirmos o seu cumprimento, honrando, assim, os muitos anos de luta para a conquista desse direito. Dessa forma, será possível darmos continuidade às conquistas que o Movimento Negro tanto lutou para alcançar na busca por uma sociedade mais igualitária e livre da discriminação e do preconceito racial.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. Trad. Julia Romeu. São Paulo: Companhia de Letras, 2019.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. A efetivação da Lei 10.639/03 na percepção dos militantes/professores negros baianos. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 9, n. 3, p. 216-232, 2015.

CARDOSO, P. J. F. As ações afirmativas e os desafios da luta pela igualdade na conjuntura atual. **Revista Pedagógica**, Chapecô, v. 19, n. 40, p. 33-42, jan./abr. 2017.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, discriminação e preconceito na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Larisse. **“Posso tocar no seu cabelo?” Entre o “liso” e o “crespo”**: Transição capilar, uma (re) construção identitária? Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 3. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra, e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização Flavia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MIRANDA, Mônica. Reflexões sobre a aplicação da Lei 10.639/03 em escolas da zona oeste do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense. **RELACult –Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 05, ed. especial - II SEMLACult, mai. 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro. Processo de um racismo mascarado**. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Enviado em: 19-04-2021

Aceito em: 28-08-2021

Publicado em: 06-09-2021